

A Internacionalidade da Arbitragem à Luz do Direito Brasileiro

2021

Thiago Del Pozzo Zanelato

A INTERNACIONALIDADE DA ARBITRAGEM À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO

© ALMEDINA, 2021

AUTOR: Thiago Del Pozzo Zanelato

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Siriani

DIAGRAMAÇÃO: Renato Klisman

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-65-5627-330-3

NOVEMBRO, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zanelato, Thiago Del Pozzo

A internacionalidade da arbitragem à luz do direito brasileiro /
Thiago Del Pozzo Zanelato. -- 1. ed. -- São Paulo : Almedina, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5627-330-3

1. Arbitragem (Direito) - Brasil
2. Arbitragem internacional
3. Direito internacional I. Título.

21-75297

CDU-347.918:382

Índices para catálogo sistemático:

- 1 Arbitragem : Direito internacional 347.918:382
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.



GRUPOALMEDINA

EDITORA: Almedina Brasil
Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132,
Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
editora@almedina.com.br
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. ARBITRAGEM: CONCEITOS E NOÇÕES PRELIMINARES	24
1.1. Origem e evolução	27
1.2. Natureza jurídica	46
1.2.1 Teoria privatista	47
1.2.2 Teoria publicista	49
1.2.3 Teoria híbrida	52
1.2.4 Teoria autônoma	53
1.3. Espécies	55
1.3.1 Arbitragem interna (doméstica) e arbitragem internacional	55
1.3.2 Arbitragem comercial, arbitragem de direito público e arbitragem de investimento	55
1.3.3 Arbitragem institucional e arbitragem “ad hoc”	60
1.3.4 Arbitragem “de direito” e arbitragem “de equidade”	62
2. A INTERNACIONALIDADE DA ARBITRAGEM	69
2.1. A internacionalidade da arbitragem e o direito internacional privado	70
2.2. Internacionalidade no âmbito da arbitragem e sua importância	85
2.2.1 A especificidade da arbitragem internacional se comparada à arbitragem doméstica	87
2.2.2 Teoria jurídica da arbitragem internacional	90

2.3. Os princípios da arbitragem internacional	98
2.3.1 Autonomia da vontade das partes	99
2.3.2 Kompetenz-kompetenz	102
2.3.3 Devido processo legal	103
2.3.4 Autonomia da convenção de arbitragem	106
2.4. Base normativa da arbitragem internacional	108
2.5. Sistemas arbitrais monistas e sistemas arbitrais dualistas	115
2.5.1 Sistemas arbitrais dualistas	121
2.5.2 Sistemas arbitrais monistas	126
2.6. Definindo a internacionalidade da arbitragem: os diferentes critérios	131
2.6.1 O critério geográfico	133
2.6.2 O critério econômico	135
2.6.3 O critério misto	137
2.6.4 O critério da internacionalidade da relação jurídica	139
2.7. Sentença arbitral estrangeira e internacionalidade da arbitragem	139
3. ARBITRAGEM INTERNACIONAL NO BRASIL	145
3.1. O desenvolvimento da arbitragem no Brasil	148
3.1.1 Breve histórico anterior à Lei Brasileira de Arbitragem	148
3.1.2 Lei Brasileira de Arbitragem	158
3.1.3 Convenções Internacionais	167
3.2. Internacionalidade da arbitragem e homologação de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil	179
3.3. O sistema de arbitragem brasileiro e a internacionalidade da arbitragem no Brasil	182
3.3.1 Internacionalidade no Acordo de Arbitragem do Mercosul	186
3.3.2 Posicionamento doutrinário	190
3.3.3 Posicionamento dos tribunais brasileiros	193
3.3.4 Internacionalidade da arbitragem sob o prisma da internacionalidade dos contratos internacionais	205
3.3.5 Conclusão acerca da internacionalidade da arbitragem no Brasil	210

4. CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS ENVOLVENDO A EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA DE ARBITRAGEM INTERNACIONAL NO BRASIL	212
4.1. O Brasil como sede internacional	212
4.2. A aplicação das Convenções de Nova Iorque e do Panamá e a execução de convenções de arbitragem	222
4.3. Internacionalidade da arbitragem e escolha da lei aplicável	231
4.4. Diferenças culturais	234
4.5. A (des)necessidade de mudança legislativa	239
5. CONCLUSÕES	245
6. REFERÊNCIAS	250